

PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência

Participação Pública da Região de Aveiro

Com a apresentação do PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência o XXV Governo Constitucional de Portugal surge uma nova oportunidade estratégica de desenvolvimento coerente e articulado onde todos são chamados a participar e contribuir para a definição de medidas concretas que permitam responder de forma estruturada à prevenção de riscos e gestão de catástrofes assentes na aprendizagem de cada uma das anteriores experiências.

A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e os seus onze Municípios têm beneficiado de um profícuo trabalho de cooperação em associação de quase quatro décadas acompanhando um exercício de cidadania ativa integrante do desenvolvimento e do crescimento da Região de Aveiro, num trabalho de capacitação permanente e construção de melhor futuro na Região de Aveiro, aproveitando a oportunidade de financiamento dos Fundos Comunitários da União Europeia.

Neste âmbito importa relevar que as áreas temáticas de intervenção, devidamente articuladas com os desafios e os objetivos estratégicos, materializam-se em eixos de atuação e ações no âmbito da transição digital, energética e sustentável transversal aos três principais pilares, Ambiental, Social e Económico, materializando-se na estratégia 2030 da Região de Aveiro numa aposta política de planeamento e operação da Comunidade Intermunicipal.

A Região de Aveiro tem demonstrado que a consolidação da estratégia prosseguida, forma estruturada e de trabalho em escala intermunicipal, possibilitou o desenvolvimento de um conjunto de importantes investimentos e de políticas públicas regionais capacitando a região para uma resposta adequada aos novos desafios, mantendo-se a aposta na criação de valor, sustentabilidade, eficiência e resiliência.

Desta forma entende-se que a construção do PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência deve ser desenvolvido de forma coerente e articulada com o Programa do Governo mas também com as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial trabalhadas e aprovadas em cada região uma vez que tais estratégias já representam instrumentos coerentes de articulação, planeamento e orçamentação a médio e longo prazo para os territórios.

Adotando a estrutura base do PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência, cujos objetivos são estruturados em três pilares (Recuperação, Resiliência e Transformação) apresenta-se de seguida o contributo da Região de Aveiro para este importante documento estratégico.

Aveiro, 23 de março de 2026

Pilar do Programa da Recuperação

Ponto 1 – Recuperação as Infraestruturas Públicas mais críticas

- Saúde | ULS da Região de Aveiro

A capacitação física e funcional da nossa ULS é a primeira das prioridades que temos assumida e em relação à qual temos fundadas preocupações, sendo que são urgentes respostas concretas de decisão política ao nível da gestão e do investimento.

A ampliação e a qualificação do Hospital Infante D. Pedro, assim como do Hospital de Águeda e do Hospital de Estarreja, no quadro da nossa ULS, é a primeira das apostas prioritárias de investimento da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, trabalhando neste objetivo com toda a determinação e em articulação com a ULS da Região de Aveiro, a Universidade de Aveiro, a Câmara Municipal, o Governo de Portugal (através do Ministério da Saúde), e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional da Região Centro.

Adiar mais o cumprimento deste objetivo, é continuar a não fazer, é continuar a perder serviços hospitalares para outras zonas do País e não conseguir atrair profissionais, é não conseguir acompanhar a inovação médica, é deixar reduzir e degradar os serviços de saúde aos Cidadãos da Região de Aveiro – impedindo respostas vitais e a autonomia face ao distante Porto e Coimbra.

Defendemos a capacitação técnica do nosso Hospital e a sua dimensão Universitária em ligação à Escola de Saúde da Universidade de Aveiro, com o avanço do Centro Académico Clínico Egas Moniz. A urgência na implementação desta visão e das consequentes ações sai naturalmente reforçada com início do novo curso de Medicina em Aveiro.

O investimento na ampliação e qualificação do Hospital Infante D. Pedro, assim como do Hospital de Águeda e do Hospital de Estarreja, bem como os Equipamentos Sociais e as Unidades de Saúde Familiar no quadro da ULS da Região de Aveiro representam um importante e inadiável desígnio de forma a cumprir o objetivo de capacitação e preparação em caso de necessidade de resposta a uma catástrofe minimizando o risco para as populações da Região de Aveiro.

Por se considerar essencial e estratégico este investimento poderia ser apresentado em qualquer um dos três Pilares do Programa PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência.

- Estradas Municipais

Criação de uma medida para recuperação de Estradas Municipais, incluindo a requalificação das acessibilidades às zonas industriais.

Ponto 2 – Recuperação de Infraestruturas públicas de sistemas de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos

Criação de um programa de gestão de resíduos, como dimensão autónoma. No contexto dos danos recentes e dos elevados volumes de investimento previstos para habitação e reconstrução de infraestruturas, o desafio crescente dos RCD e RCDA — Resíduos de Construção e Demolição provenientes de Atividades de Alta Implicação — merece atenção específica. Estes materiais têm vindo a degradar paisagens locais e podem, em certos casos, contaminar linhas de água e solos agrícolas, comprometendo meios de subsistência e a saúde pública.

Criação de um programa de infraestruturas de Águas Pluviais, que permita a efetiva separação da rede de águas residuais.

Ponto 7 – Empresas

Criação de uma linha de financiamento a fundo perdido específica para a transformação digital e transição energética do comércio local e pequenas indústrias.

Pilar do Programa da Resiliência

Ponto 1 – Grandes Riscos Hídricos

- Investimento e da Gestão da Ria de Aveiro

A decisão do anterior Governo de transformar a sociedade Polis em “RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, SA” já foi por nós publicamente aplaudida, ultrapassando um prolongando hiato que perigou o balanço positivo da operação Polis Litoral Ria de Aveiro.

Este modelo considerado de sucesso, constituído pelo Ministério do Ambiente, via APA e ICNF, e pela Comunidade Intermunicipal, a par com as enormes e crescentes necessidades de intervenção que ainda subsistem no território, exigiam a sua continuidade, em prol do extraordinário património regional e nacional que é a Ria de Aveiro.

Com o recentemente aprovado Programa de Ação da “RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, SA”, esse plano de investimentos assume, de forma clara e determinada, a qualificação deste vasto ecossistema, reconhecendo que nele se integram as pateiras, os vários rios que afluem para a Ria de Aveiro e a faixa litoral de toda a região.

A efetiva concretização dos diversos projetos de reabilitação, regularização, despoluição e desassoreamento destes rios e pateiras, bem como as imprescindíveis intervenções no litoral de proteção à erosão costeira são imperativos para o sucesso regional, abrangendo os 11 Municípios da CIRA.

Importa também acrescentar que, após décadas de avanços e recuos, a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro tem neste momento garantido o financiamento da obra do Sistema de Defesa Primário do Baixo Vouga Lagunar no valor de 24,3 M€, possibilitando a execução de um investimento reclamado à dezenas de anos pelos Municípios desta Região para proteção dos campos agrícolas do Baixo Vouga Lagunar e defesa contra a intrusão da cunha salina cuja consequência tem sido a destruição dos terrenos aptos à exploração agrícola.

A Comunidade Intermunicipal assumiu em 2016 a responsabilidade de liderar os projetos e as obras que vão garantir a preservação e a rentabilização dos potenciais económicos, ambientais e sociais do Baixo Vouga, integrando três obras, com um valor total de 45 milhões de euros, que se ligam fisicamente e que conjugadas cumprem funções de defesa do território contra cheias e da maior importância biodiversa:

1. Ponte Açude do Rio Novo do Príncipe (em plena obra);
2. Reabilitação da Margem Esquerda do Rio Novo do Príncipe (Rio Vouga) (em plena obra);
3. Sistema de Defesa Primário do Baixo Vouga Lagunar (obra contratada).

Importa ainda destacar a importância que assume, após a passagem do comboio de tempestade deste início de 2026, os rombos que ficaram nas margens dos Rios e que já em intervenções anteriores menores, a Comunidade Intermunicipal se tinha substituído à APA por meio de protocolo celebrado entre as partes.

Importa intervencionar, restabelecer e aumentar a resiliência, de forma estruturada.

Definição de medidas sustentáveis que permitam uma abordagem integrada por bacia hidrográfica.

O Eixo 3 do "Água que Une" menciona a inspeção visual de infraestruturas por drone. Trata-se de uma tecnologia com utilidade reconhecida, mas não necessariamente a mais adequada em todos os contextos. A metodologia de inspeção deve ser definida caso a caso, com base nas circunstâncias específicas de cada situação.

Ponto 2 – Risco de Incêndios Florestais

- Florestas e Conservação da Natureza

A boa gestão da grande área florestal da Região de Aveiro é uma prioridade importante assumida pela Comunidade Intermunicipal, especialmente relevante nas áreas de propriedade do Estado e nos baldios, existentes em particular nos Municípios de Águeda, Albergaria-A-Velha, Ílhavo, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

A gestão e o investimento na Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, no Município de Aveiro, pelo ICNF no novo modelo de co-gestão definido pelo diploma legal da Descentralização, é de elevada relevância para a sua preservação e para a sua utilização como bom exemplo.

Exige-se um trabalho de equipa entre o ICNF, ANEPC, AGIF, os Municípios, as Associações de Produtores Florestais e outras entidades, para que a gestão da floresta se desburocratize e se proceda à sua estruturação, fundamental para a sustentabilidade da floresta, com o equilíbrio dos fatores, da produção, biodiversidade e resiliência aos incêndios rurais, para o combate eficaz às alterações climáticas.

Embora o cadastro simplificado via a programa BUPi se encontre bem avançado, permanecem dois desafios prioritários:

1. A necessidade de afetação urgente de recursos e de mecanismos simplificados para a resolução de sobreposições e conflitos de titularidade.
2. A criação de mecanismos que permitam às autoridades competentes, incluindo os municípios, contactar de forma fácil e eficiente os proprietários fundiários — salvaguardando os termos do RGPD — no interesse da segurança pública e da proteção de bens.

Prevenção, monitorização e resposta eficaz às espécies invasoras.

Financiamento de projetos piloto de economia circular aplicados à floresta, dinamizando o empreendedorismo verde.

Ponto 3 – Riscos Sísmicos

Elaboração de plano de reação a tsunamis, relevante em territórios de baixa altitude e de relevo plano.

Ponto 7 – Resiliência das Comunidades

Criação de um programa dedicado à resiliência territorial municipal, orientado para:

- Adaptação climática de áreas urbanas;
- Reforço da resiliência das infraestruturas municipais críticas;
- Implementação de soluções baseadas na natureza;
- Melhoria dos sistemas de drenagem urbana e mitigação do risco de cheias;
- Modernização e requalificação das redes de águas pluviais, obsoletas ou subdimensionadas face aos novos padrões de precipitação extrema;
- Reforço dos sistemas locais de monitorização e alerta.

Criação de um Programa de Resiliência de Estuários e Lagunas, que permita:

- restaurar habitats naturais (sapais, zonas húmidas e margens);
- melhorar a capacidade natural de retenção de água;
- reforçar a adaptação a eventos extremos;
- promover soluções baseadas na natureza.

Criação de um programa de Drenagem Urbana Sustentável e Resiliência Climática, que permita aumentar a resiliência urbana e mitigar o risco de inundação, através de:

- bacias de retenção em espaços verdes urbanos;
- pavimentos permeáveis;
- corredores verdes de drenagem;
- integração de infraestruturas verdes na gestão da água urbana.

Criação de um programa de Resiliência de Zonas Industriais, que permita reforçar a resiliência das zonas industriais face a eventos extremos, incluindo:

- proteção de áreas industriais contra riscos de inundação;

- soluções energéticas descentralizadas e armazenamento de energia;
- sistemas de continuidade operacional e redundância tecnológica;
- digitalização e monitorização de infraestruturas críticas.

Ponto 13 – Erosão do Litoral

Criação de um Programa Nacional de Resiliência Costeira, com enfoque nos municípios mais expostos, permitindo apoiar:

- projetos de defesa costeira com soluções híbridas (engenharia e soluções baseadas na natureza);
- reforço e recuperação de sistemas dunares;
- monitorização permanente da evolução da linha de costa;
- sistemas de alerta e gestão do risco costeiro;
- projetos-piloto de adaptação costeira.

Plano de intervenção para a Orla Costeira, assente em 5 pilares essenciais:

1. Informação - Ampliar e tornar acessíveis dados sobre galgamentos/inundações, danos e manutenção de obras de proteção para apoiar decisões de adaptação.

2. Participação - O envolvimento de diferentes stakeholders na tomada de decisão é essencial para criar planos com maior aceitação e benefícios coletivos, integrando conhecimento científico e empírico para soluções mais equilibradas.

3. Intervenção - A escolha das medidas deve ser ponderada e complementar, com interesse em proteger áreas urbanas e o valor dos ecossistemas através da aplicação combinada de alimentação artificial e reconfiguração de obras existentes.

4. Projeção - É necessário investir no conhecimento sobre o valor social, económico e ecológico da região e definir custos das intervenções para permitir análises custo-benefício rigorosas.

5. Monitorização - É necessário monitorizar continuamente a eficácia das medidas costeiras e ajustá-las conforme a erosão e a subida do nível do mar, adotando diferentes caminhos de adaptação sempre que necessário.

Pilar do Programa da Transformação

Ponto 1 – Reforma do Estado – O PTRR como “balão de ensaio” da “guerra à burocracia”

- A Descentralização|Regionalização

A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro tem uma forte aposta no processo de Descentralização, sendo necessário um empenho especialmente consequente do Ministério da Coesão Territorial, de cada um dos Ministérios envolvidos nos processos de Descentralização e de todo o Governo, como anunciou o Primeiro-Ministro, para que as decisões de reformar/ descentralizar se concretizem com a devida qualidade e sustentabilidade.

É urgente:

- a) Tratar de reequilibrar o financiamento na área da Educação;
- b) Colocar em andamento as áreas paradas da Descentralização, nomeadamente as das áreas Portuárias, Estradas Nacionais, Habitação e Justiça;
- c) Realizar uma ação especial de operacionalização com o Ministério das Finanças para a área do Património do Estado;
- d) Reformular profundamente os Decretos-Lei das áreas da Saúde e das Freguesias;
- e) Retomar a perdida área da Proteção e Saúde Animal.

Recordando o lema do Congresso da Região de Aveiro realizado em 2025 “Região é ação. Regionalizar é avançar”, cá estamos para desafiar o Governo a ir mais longe, a avaliar qual o patamar mais adequado a determinada política pública – e há bons exemplos - a dar passos de regionalização, sempre com conta, peso e medida.

Tal como em 2011, na reforma da Administração Local com o lançamento do “Documento Verde”, fomos uma das duas Comunidades Intermunicipais escolhidas para a elaboração do Estudo-Piloto, que visou a definição de novas competências destas entidades do Poder Local.

Ontem, como hoje, a realidade e a necessidade impõem-nos que façamos mesmo esta parcela de Reforma do Estado e se reduza a dimensão e inércia centralizadora de Portugal.

Ponto 2 - Empresas – modernização

Criação do Balcão Único para Empresas e apoio à digitalização dos processos.

Criação de Áreas de Acolhimento Empresarial de Nova Geração, focada em empresas de base tecnológica, inovação e sustentabilidade (economia do conhecimento)

Criação de programas de mentoria, transferência de tecnologia e fundos de capital semente (seed capital) de gestão municipal ou intermunicipal, alavancando o Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo.

- Porto de Aveiro e a Ligação Ferroviária Aveiro, Viseu, Guarda, Salamanca

Tendo uma posição de princípio que defende o atual modelo institucional e de gestão do Porto de Aveiro, com a sua ligação ao Porto da Figueira da Foz, com a eventual fusão das duas empresas, é fundamental garantir de forma competitiva, a ligação ferroviária do Porto de Aveiro, das suas duas plataforma multimodais (na Gafanha da Nazaré / Ílhavo e em Esgueiracacia / Aveiro), a Viseu, Guarda e Salamanca, defendendo a construção de um troço novo entre Aveiro e Viseu, e com a utilização da bitola europeia.

Esta é uma infraestrutura muito relevante para melhorar a competitividade das exportações para a Europa a partir das Regiões Norte e Centro de Portugal, responsáveis por 70% dessas exportações.

- Região de Aveiro Empreendedora

Segundo o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2023, publicado pelo INE, a Grande Lisboa, a Região de Aveiro e a Área Metropolitana do Porto foram as únicas sub-regiões do país que ficaram acima da média nacional no índice de competitividade.

Isto é, a Região de Aveiro “continua a afirmar-se como uma das sub-regiões mais dinâmicas da região Centro, tendo voltado a registar o maior volume de negócios e o maior valor de exportações das empresas ‘gazela’ na região”.

A Comunidade Intermunicipal assume o compromisso de continuar a ser boa parte do processo de desenvolvimento e crescimento, consolidando esta dinâmica partilhada e transversal, afinal uma marca regional que nos une e identifica, reivindicando ao Governo especial atenção nos necessários investimentos que a Região de Aveiro assim melhor fundamenta e mais justifica, seja no apoio à energia dinâmica da iniciativa privada, seja no suporte ao investimento municipal no reforço de resposta em Áreas Empresariais.